

# Loteamento ameaça área de preservação

Os loteamentos aprovados pelas prefeituras do Interior comprometem as áreas de preservação do litoral capixaba. Foi o que denunciou o engenheiro do Instituto Jones dos Santos Neves, Sérgio Martins, responsável pela subcomissão da região de costeiras, da Comissão Estadual de Meio Ambiente (Cema), criada pelo governo do Estado.

Segundo Martins, por falta de legislação específica e em função de códigos de obras deficientes, em vários municípios do Estado, como em Iriri e Marataízes, foi permitida a construção de prédios de seis e sete andares próximos ao mar. "Não se pode admitir no futuro erros como estes". O engenheiro afirmou que os problemas do litoral "são graves e antigos e vêm se agravando a cada dia".

## PARTICIPAÇÃO

A população dos municípios do litoral deve se atentar para o processo desordenado de expansão que está ocorrendo e participar, criando os conselhos municipais de defesa do meio ambiente. Como também exigir a elaboração de uma legislação específica e o seu cumprimento. Estas foram as considerações finais do diagnóstico da subcomissão da região de costeiras, da Comissão Estadual de Meio Ambiente (Cema). A maioria dos balneários mais conhecidos tem suas ruas estreitas, não possuem de esgoto, enfrenta problema de coleta de lixo e de abastecimento de água, situação que fica mais caótica no verão.

Como medida imediata para preservação dos recursos naturais do litoral, Sérgio Martins apontou a necessidade de se delimitar com maior precisão as áreas naturais para preservação. De acordo com a resolução federal 04 de 1985, do Conama (Conselho Nacional de Meio Ambiente) entre outras, são áreas naturais para preservação permanente e que devem ser transformadas como reservas ecológicas, os manguezais, vegetação de restinga a 300 metros acima da linha de preamar. Ainda margens de lagoas, reservatórios de águas naturais ou artificiais.

Segundo Martins, as quatro subcomissões da Comissão Estadual de Meio Ambiente (Cema): subcomissão da região da Grande Vitória, Costeiras, bacias do Norte e do Sul já concluíram o trabalho de diagnosticar a situação do meio ambiente e ocupação das áreas. Agora, a Cema vai iniciar os estudos da política de meio ambiente para as regiões e da legislação estadual sobre o assunto.